

Acesso aos Cursos de Mestrado em Ensino (2.º Ciclo de Estudos)
PROVA ESCRITA DE LÍNGUA PORTUGUESA
2021 – 1.ª CHAMADA

Duração da Prova: **1h30m** (e 30 minutos de tolerância)

Data: 18-06-2021

PARTE I
TEXTO E INTERPRETAÇÃO

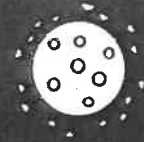
Após a leitura do texto reproduzido nas páginas 2 e 3 do enunciado desta prova, responda às questões que se seguem (de 1 a 5) na sua folha de respostas.

N.B.: Nas questões n.º 2 e 3, a resposta deverá ocupar cerca de 4 ou 5 linhas; nas questões 4 e 5, poderá ocupar de 8 a 12 linhas, aproximadamente.

1. Considerando as afirmações abaixo, indique na sua folha de respostas as duas asserções legitimadas pela informação disponibilizada no texto “As patentes das vacinas deviam ser levantadas?” (pp. 2 e 3 desta prova).
 - A – O levantamento dos direitos de propriedade intelectual não resolve o problema da escassez de vacinas contra a Covid-19 e, por outro lado, pode desincentivar a inovação científica por desencorajar os investidores privados de se envolverem neste segmento.
 - B – O facto de a investigação científica para o desenvolvimento de vacinas contra o SARS-CoV-2 ter recebido um forte investimento de entidades públicas é um dos argumentos invocados pelos defensores do levantamento das patentes destas vacinas.
 - C – Embora a Organização Mundial da Saúde, em particular através do programa solidário Covax, tenha já distribuído milhões de vacinas em dezenas de países africanos, é expectável que nem metade da população dos países mais pobres seja vacinada até ao final do corrente ano.
 - D – São cada vez mais os países asiáticos a pedir à Organização Mundial do Comércio (o órgão que rege os acordos de direitos de propriedade intelectual ligados ao comércio) que estabeleça uma suspensão temporária das patentes das vacinas contra o SARS-CoV-2, para que estas possam ser produzidas de forma acessível.
2. Explícite o significado das seguintes expressões no contexto em que ocorrem:
 - a) “medidas drásticas” (linha 11);
 - b) “entrave” (linha 47);
 - c) “efeitos perversos” (linha 116).
3. Clarifique o sentido do extrato reproduzido numa das duas alíneas abaixo, à sua escolha, tendo em conta o contexto em que ocorre:
 - a) “rejeitar o nacionalismo” (linha 10);
 - b) “instalou-se uma competição” (linha 66).
4. Considerando a informação dada no texto, entende que a sugestão apresentada pela diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala (cf. linhas 48-ss), é compatível com a posição veiculada pelo diretor da política de medicamentos da Pharma.be, Herman Van Eeckhout? Justifique a sua resposta apoiando-se em extratos do texto.
5. Imagine que tem poder para decidir nesta situação: há um número elevado de lotes de vacinas contra a Covid-19 que pode ser encaminhado ou para um país em desenvolvimento em que a taxa de vacinação está ainda abaixo dos 10% da população, ou para o seu próprio país, permitindo concluir a vacinação necessária para a desejada imunidade coletiva. Qual a sua decisão? Justifique a sua resposta e apresente um argumento que poderia apoiar a decisão contrária.

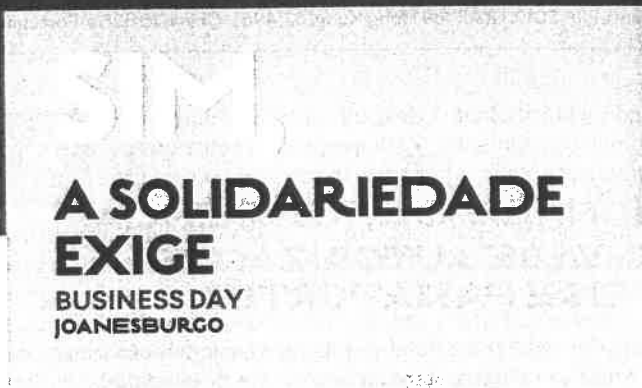
Referência do texto:

“As patentes das vacinas deviam ser levantadas?” [Tradução portuguesa de Helena Araújo].
In: *Courier Internacional*, n.º 303, maio de 2021, p. 26-27.



As patentes das vacinas deviam ser levantadas?

Tendo em conta a emergência sanitária, a África do Sul e a Índia estão a exigir o acesso às patentes a fim de produzir as valiosas vacinas anti-Covid. Os detentores de patentes opõem-se



No início de março, os países ocidentais bloquearam uma proposta apresentada à Organização Mundial do Comércio (OMC) pela África do Sul e pela Índia que visava renunciar às regras tradicionais de propriedade industrial para vacinas, tratamentos e outras medidas contra a Covid-19 até o mundo alcançar a imunidade coletiva. Era a oitava vez que se debatia a proposta desde a sua apresentação, em outubro de 2020. Os seus proponentes argumentavam com razão que uma tal medida seria uma oportunidade de rejeitar o nacionalismo em favor da solidariedade mundial. De facto, sem medidas drásticas para expandir o fabrico de vacinas, os países em desenvolvimento, muitos dos quais se encontram no nosso continente [africano], não participarão verdadeiramente na recuperação económica global, e milhões de pessoas que se depararam com a pobreza extrema permanecerão nesta situação por mais tempo. Segundo o Fundo Monetário Internacional, a África subsariana será a região que terá o crescimento mais lento em 2021, uma vez que grande parte dela se confronta com a dificuldade de obter vacinas. Os países em desenvolvimento começaram de facto a receber doses através do programa Covax da Organização Mundial da Saúde (OMS), mas as quantidades disponíveis são tais que os defensores da justiça social, incluindo a Oxfam,

estimam que apenas 3% da população pode esperar ser vacinada nos próximos três meses, e um quinto, na melhor das hipóteses, até ao final de 2021.

As consequências de uma vacinação limitada são óbvias para a África do Sul, bem como para os mais de 100 países em desenvolvimento que aderiram à iniciativa. Arriscamo-nos a novas vagas de infeção, o que levará a confinamentos e prejudicará ainda mais uma economia que em 2020 registou a maior queda no PIB desde o início das estatísticas.

As grandes companhias farmacêuticas opuseram-se às propostas da África do Sul e da Índia por considerarem que a patente é a promessa de proteção da propriedade intelectual que as levou a investir milhares de milhões de dólares para desenvolver vacinas eficazes em tempo recorde. Em qualquer caso, dizem, renunciar às patentes não resolveria o problema do acesso às vacinas, especialmente as primeiras, porque são difíceis de fabricar. Isso pode ser verdade, mas não significa que os países em desenvolvimento não possam produzi-las. A Aspen Pharmacare, um dos maiores produtores de medicamentos genéricos do hemisfério sul, e o Serum Institute of India já estão a fabricar doses para a Johnson & Johnson e para a AstraZeneca.

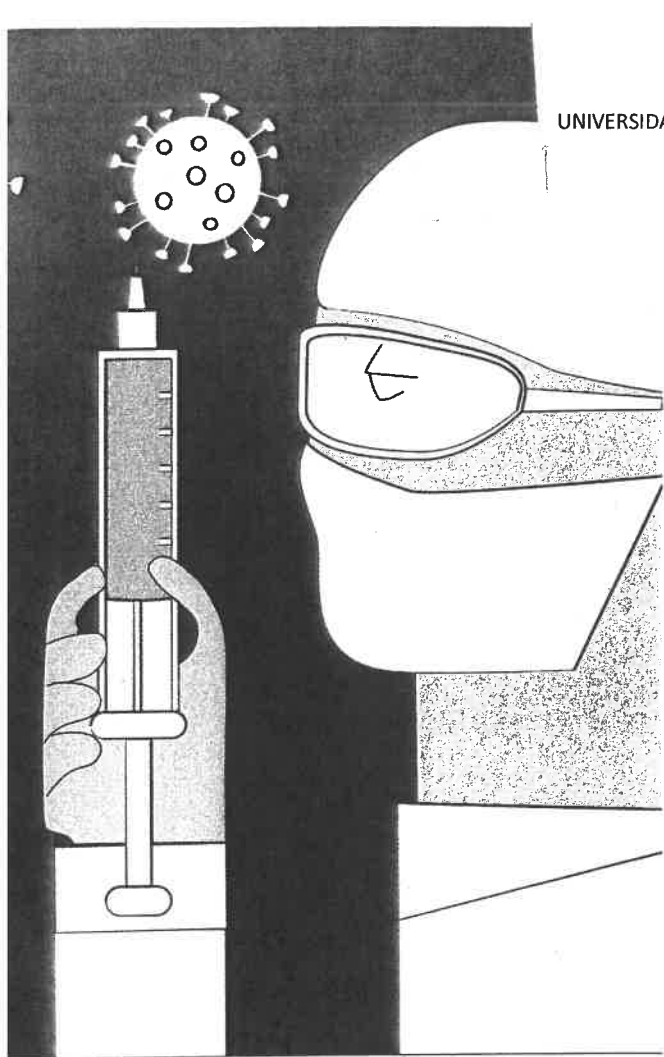
Embora seja difícil contestar que a proteção de patentes estimulou o desenvolvimento de vacinas em tempo recorde, que retirá-las pode ser um entrave à inovação, é evidente que será preciso aumentar a velocidade de fabrico das vacinas. Ngozi Okonjo-Iweala, a diretora-geral da OMC, sugeriu uma “terceira via” para abordar o problema: as grandes farmacêuticas poderiam licenciar o fabrico para outros países, o que lhes permitiria garantir um aprovisionamento adequado, mantendo simultaneamente a proteção da propriedade intelectual. Esperando que todos reconheçam que as vacinas constituem um bem público global, especialmente no caso de uma pandemia, esta ideia é razoável e testa o compromisso de solidariedade dos líderes mundiais.

F

AUTORES
Não assinado

DATA
15.03.2021

TRADUTORA
Helena Araújo



É “É uma má ideia”, diz, de imediato, Herman Van Eeckhout, entrevistado pelo diário *Le Soir*. Tal como muitos representantes da indústria farmacêutica, o diretor da política de medicamentos da Pharma.be, a federação belga da indústria farmacêutica, opõe-se ao levantamento das patentes das vacinas contra a Covid-19. “Sem a propriedade intelectual e sem as patentes, nunca estaríamos onde estamos hoje, com uma vacina desenvolvida no espaço de oito meses. E não temos apenas uma, temos várias! Graças às patentes, instalou-se uma competição. Foram exploradas diferentes vias, e hoje temos vários tipos de vacinas que nos protegem.”

O argumento é também defendido pelos advogados suíços Daniel Kraus e Astrid Pilottin num artigo de opinião publicado no site HEIDI. “O sistema de patentes é o sistema menos mau que foi encontrado ao longo do tempo para estimular a inovação privada”, sublinham os dois professores da Universidade de Neuchâtel. “Pode gostar-se dele ou não,

mas é a realidade, orientada pela procura do lucro. Ora, sem proteção não há investigação e desenvolvimento e, portanto, não há novos produtos no mercado, especialmente no domínio farmacêutico.”

Só que, argumentam os partidários do levantamento das patentes, imensas quantias de dinheiro público foram injetadas nesta corrida para desenvolver vacinas contra a Covid-19. “É verdade que muito dinheiro público tem sido investido no desenvolvimento destas vacinas”, admite Herman Van Eeckhout, lembrando que isto não impede que também as empresas invistam. “O dinheiro público tornou sobretudo possível desenvolver vacinas mais rapidamente, permitindo que várias fases fossem realizadas em paralelo (produção e desenvolvimento). Isto não significa que tenhamos eliminado o risco.”

O risco tem sido o argumento frequentemente apresentado pelos grandes laboratórios para justificar a manutenção de patentes. “A criação de um novo medicamento é arriscada e cara. Por exemplo, os cientistas trabalham há várias décadas – e gastaram milhares de milhões de dólares – em tratamentos para a doença de Alzheimer, sem grande sucesso”, salientava no início de dezembro no *New York Times* Thomas Cueni, diretor da Federação Internacional de Empresas Farmacêuticas, que representa empresas farmacêuticas de todo o mundo a partir da Suíça.

Mas imaginemos que os titulares das patentes concordam com o pedido da Índia e da África do Sul. Seria esta a solução milagrosa para as desigualdades no acesso às vacinas? Não, como sublinham os académicos Enrico Bonadio e Dhanay M. Cadillo Chandler no site THE CONSERVATION: os problemas logísticos continuariam a ser uma barreira. “Se se quer que o mundo obtenha vacinas mais rapidamente, não são as patentes que constituem o principal obstáculo. É a produção em grande escala em locais seguros. E estes não podem surgir da noite para o dia”, defende Han Seuter, presidente da Associação das Grandes Empresas Farmacêuticas, nas colunas do diário alemão *Tagesspiegel*.

Pode até ser contraproducente, acrescenta Rachel Silverman, do think tank Centro para o Desenvolvimento Global, num artigo intitulado “O fim das patentes não vai ajudar a vacinar os países mais pobres”, publicado no *Washington Post*. “A complexidade técnica do fabrico de vacinas contra o novo coronavírus faz com que a mera transferência dos direitos de propriedade intelectual tivesse pouco efeito. Pode mesmo ter efeitos perversos, com as empresas a aproveitarem a oportunidade para se desvincularem dos esforços para disponibilizar vacinas a nível mundial.”

Então, como expandir o acesso às vacinas sem libertar as patentes? O “voluntariado” parece ser a palavra-chave. “Acreditamos que a cooperação entre empresas numa base de voluntariado é um método muito mais eficaz do que a imposição de restrições”, diz Herman Van Eeckhout, lembrando que “a AstraZeneca, por exemplo, assinou acordos com produtores na Índia e na América do Sul para lhes permitir produzir a sua vacina”.

“A transferência de tecnologia é uma solução, confirma Rachel Silverman. É um método comum para os titulares de patentes celebrarem acordos com fabricantes de medicamentos genéricos.” Uma forma de alcançar a “equidade na vacinação”, diz. “Aumentar a produção de vacinas é essencial para que todo o mundo possa ter acesso à vacina contra a Covid-19 e assim acabar com a pandemia. Mas, para o conseguirmos, devem ser criados incentivos inteligentes para encorajar a partilha de conhecimentos, e não eliminar pura e simplesmente os direitos de propriedade intelectual.”

Turca 3

PARTE II COMPOSIÇÃO

Exponha os resultados da sua reflexão sobre uma de entre as três propostas abaixo apresentadas, à sua escolha, produzindo um texto coeso e coerente com cerca de 400 palavras.

Texto A

«Cada um de nós, enquanto cidadãos e profissionais inseridos numa sociedade confrontada com sérios problemas que põem em causa o bem comum, temos o dever e o compromisso de pensar criticamente sobre a informação que nos chega pelos mais diversos meios, posicionando-nos e agindo de forma refletida e construtiva para um mundo melhor.»

Cruz, G., Dominguez, C., e Payan-Carreira, R. (2019): “A importância e o desafio de educar para o pensamento crítico no século XXI”. In: J. P. Lopes, H. S. Silva, C. Dominguez e M. M. Nascimento (Coord.): *Educar para o Pensamento Crítico na Sala de Aula*. Lisboa: Pactor, p. 5.

Texto B

«Se para a covid-19 a vacina nos dá esperança, relativamente à forma como vamos deixar o planeta e às três grandes crises que atravessamos, a capacidade de termos uma solução tecnológica tão expedita não existe. Efetivamente vivemos uma crise climática, provavelmente o maior desafio que a humanidade enfrenta neste século, uma crise da biodiversidade, com uma enorme perda de espécies, e ainda sofremos uma crise de recursos, quando a nossa pegada ecológica está muito acima daquilo que a Natureza renova todos os anos.»

Ferreira, Francisco (2021): «Três crises e uma solução». In: *Além-Mar*, n.º 714, junho, p. 13.

Texto C

«Graças à linguagem, as ideias não são apenas abstraídas e combinadas no interior da cabeça de um só pensador, mas podem ser repartidas através de uma comunidade de pensadores. Com o recurso a uma analogia, Thomas Jefferson [3.º Presidente dos E.U.A.] explicou este poder da linguagem: “Aquele que recebe de mim uma ideia, recebe a minha instrução sem que ela diminua; do mesmo modo que aquele que acende a sua vela com a minha, recebe luz sem me escurecer”.»

Pinker, Steven (2018): *O Iluminismo agora*. Lisboa: Editorial Presença, p. 47.

Cotações (escala de 0 a 200 pontos)

PARTE I

1. – 20 pontos.
2. – 15 pontos.
3. – 15 pontos.
4. – 20 pontos.
5. – 20 pontos.

PARTE II

Composição – 110 pontos.

N.B.: A classificação não incide sobre as opiniões expressas, mas antes sobre a relevância, adequação, coerência, clareza e correção linguística das respostas.